

19 e 20.02.2013

Edição e Seleção

Eliza Barreto
Fernando Leão
Maria Elisabete da Costa
Mônica Nubiato
Paulo Affonso
Thais Budó

Sumário

O Estado de São Paulo	2
Economia	3
Montadora chinesa Geely negocia fábrica no Brasil	3
Opinião	3
Sem espaço para desculpas	3
Notícias	6
Aproximação entre UE e EUA não é problema para Mercosul	6
Valor Econômico	7
Brasil	7
Negociações entre Mercosul e UE estão "relativamente avançadas", diz Patriota	7
Brasil	8
Brasil quer conter presença chinesa na África	8
Internacional	11
Argentina e Brasil buscam salvar projeto da Vale	11
Opinião	12
Instrumentos de política comercial da OMC	12
Empresas	14
Itaipu quer desenvolver cadeia do carro elétrico	14
O GLOBO	17
Economia	17
Brasil e EUA firmam acordo sobre comércio de suco de laranja	17
Economia	18
Governo analisa pedido de controle da entrada de arroz do Mercosul	18

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.gov.br/mercosul

Mundo.....	19
Mercosul iniciará em março negociações para definir oferta à União Europeia.....	19
Agência Brasil	20
Nacional.....	21
Chanceleres do Brasil e da Argentina discutem agenda bilateral em reunião no Rio.	21
Economia	22
Brasil vai assinar acordo de importação de trigo e farelo de soja com Rússia.....	22
Internacional	23
Governos de países em desenvolvimento terão recursos para desenvolver economia verde	23
PÁGINA/12.....	24
EL PAIS.....	24
El Mercosur completo	24
TÉLAM	25
Política.....	25
Timerman preside la delegación argentina en la Cumbre del Foro América del Sur-Africa	25
ABC	26
Política.....	26
Brasil y Argentina “desean el regreso de Paraguay”	26
La Nación	27
Política.....	27
Venida de Unasur ya es tema de choque entre el Gobierno y el TSJE.....	27
Lared21	28
Educación	29
Brasil apoya desarrollo de la Universidad Tecnológica uruguaya para la región	29

Brasil

O ESTADO DE SÃO PAULO

<http://www.estadao.com.br>

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.gov.br/mercosul

Economia

Montadora chinesa Geely negocia fábrica no Brasil

AE - Agencia Estado

SÃO PAULO - Mais uma marca chinesa de carros, a Geely, chega ao Brasil em agosto. Inicialmente, dois automóveis, um sedã e um compacto, serão importados do Uruguai, onde a montadora vai inaugurar fábrica em junho. O grupo, contudo, tem planos de produção local e já visitou alguns Estados, entre os quais São Paulo, Santa Catarina e Bahia.

A importação será feita pelo grupo Gandini, do empresário José Luiz Gandini, também representante da coreana Kia Motors. O acordo de representação da Geely foi assinado em julho de 2011, mas ficou congelado em razão do anúncio, dois meses depois, da alta de 30 pontos percentuais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros fabricados fora do Mercosul e do México. "Com a fábrica no Uruguai, a importação se tornou economicamente viável", afirma Gandini. Além de não recolher os 30 pontos extras de IPI, produtos do Mercosul são isentos de Imposto de Importação.

Embora não revele valores, uma fábrica com capacidade para cerca de 100 mil veículos ao ano exige investimentos de US\$ 400 milhões a US\$ 500 milhões, segundo analistas do setor. "Nosso grupo se manterá apenas na distribuição e não teremos participação numa futura fábrica, que ficará a cargo da Geely", diz Gandini. O grupo é o maior produtor independente de carros da China. A maioria das empresas tem o governo como sócio.

A importadora Geely Motors do Brasil será presidida por Ivan Fonseca e Silva, ex-presidente da Ford do Brasil e das importadoras Aston Martin e Jaguar. Segundo Fonseca, o primeiro modelo a chegar, em agosto, é o sedã médio EC7, do segmento em que atuam Toyota Corolla e Honda Civic. O preço ficará na faixa de R\$ 55 mil. O segundo, previsto para novembro, é o compacto LC, que disputará vendas com modelos como Volkswagen Gol e Fiat Palio, com preço na casa dos R\$ 35 mil.

Fonte: <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+geral,montadora-chinesa-geely-negocia-fabrica-no-brasil,144472,0.htm>

Opinião

Sem espaço para desculpas

André Meloni Nassar*

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.gov.br/mercosul

A Organização Mundial do Comércio tem recebido alguma atenção da imprensa brasileira, ultimamente, por causa da candidatura do embaixador Roberto Azevedo a seu diretor-geral. Também se tem falado com maior intensidade sobre o tema acordos comerciais, não somente porque o acordo regional Mercosul-União Europeia (UE) dominou boa parte das discussões do 6.º Encontro Empresarial Brasil-UE, mas principalmente pelo anúncio de que os Estados Unidos e a UE iniciaram os entendimentos para buscar um acordo transatlântico de comércio e investimento.

O reaparecimento na imprensa da agenda de comércio internacional traz de volta o debate acerca do que queremos em política comercial. Compartilho a ideia dos que afirmam que a diplomacia no Brasil é muito mais política do que econômica. Isso é facilmente observado até nos fóruns de política comercial. A escolha feita pelo Brasil na negociação da Rodada Doha de atuar de maneira ofensiva na abertura dos mercados e na redução dos subsídios agrícolas dos países ricos, e de se aliar a países em desenvolvimento que eram contrários a qualquer abertura de mercado ou ao aumento de disciplinas em suas políticas para a agricultura, exemplifica bem essa supremacia da diplomacia política em temas que são da agenda econômica.

As ações do Brasil na Rodada Doha, no entanto, mesmo que influenciadas pela diplomacia política, ainda eram, essencialmente, orientadas para objetivos comerciais, tanto do lado ofensivo da agricultura como do lado defensivo dos produtos industriais. Mas a hibernação da rodada, em 2008, fechou a última e única frente de estratégia de política comercial que ainda sobrevivia no Brasil. A penúltima havia sido a interrupção das negociações com a UE, em 2004. Nem vale a pena mencionar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A realidade, assim, é que a agenda comercial brasileira desapareceu de vez com a interrupção da Rodada Doha.

É claro que o Brasil continuou fazendo política comercial, até porque optou por elevar tarifas e aumentar impostos associados às importações de alguns setores. O País passou também a utilizar mecanismos de defesa comercial de forma mais intensa. Mas não há como negar que o Itamaraty e o Ministério do Desenvolvimento abandonaram a política comercial em seu conceito amplo, alicerçada em acordos com o objetivo de promover crescimento do comércio internacional e dos fluxos de investimentos. Pelas razões que exponho a seguir, se o Brasil continuar de braços cruzados em política comercial, nossos setores exportadores serão atropelados pelos acordos comerciais de que o País não será parte. É literalmente o "não me inclua fora dessa".

Por mais política e menos econômica que tenha sido a nossa diplomacia, podemos, numa visão Poliana, justificar essa escolha com base em argumentos de conveniência. Com a crise de 2008 o comércio internacional perdeu relevância como propulsor de crescimento econômico. O mundo, então, passou por um processo de fechamento administrado dos mercados - seja via barreiras comerciais, seja via administração cambial. E o Brasil não foi diferente de alguns outros países.

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.gov.br/mercosul

No contexto brasileiro, a partir de 2005, à medida que a economia nacional se consolidava e crescia, e a taxa de câmbio se apreciava, o País entrou num ciclo de aumento das importações. De 2005 a 2011 estas cresceram ao redor de 20% ao ano. Esse crescimento foi mais intenso que o dos anos 1990 - década de forte valorização cambial -, que assistiram às importações aumentando 15% ao ano. Daí que o contínuo incremento das importações vinha servindo de razão principal para bloquear negociações comerciais.

Assim, o contexto mundial e o brasileiro foram desculpas eficazes para justificar o abandono, até hoje, da política comercial no seu conceito amplo. Os motivos de tais desculpas, todavia, não estão mais em vigor.

Em primeiro lugar, o comércio global já retomou o ritmo de crescimento pré-crise de 2008. As exportações mundiais em 2012 fecharam o ano na casa dos US\$ 14 trilhões, o mesmo patamar de 2011 e 18% maior que o de 2008, ano de recorde nas transações internacionais. Desse modo o comércio retomou seu papel promotor de desenvolvimento econômico.

Em segundo lugar, 2012 marca o fim da expansão das importações brasileiras. Pela primeira vez desde 2002, as importações caíram. Justificar o não engajamento em negociações pelo lado defensivo, ou seja, como forma de proteção da indústria brasileira, não se sustenta mais.

Portanto, não existem razões, nem de ordem macroeconômica nem de cenário internacional, que deem base para qualquer adiamento do envolvimento do Brasil em negociações comerciais daqui para a frente.

Com o arrefecimento das importações brasileiras e a retomada do crescimento econômico mundial, é chegada a hora de a política comercial ser tratada como tema econômico. Se no passado poderíamos dizer que a perda dos setores ofensivos pela falta de acordos era menor do que o ganho dos setores defensivos, essa equação mudou e não existe mais. Com a retomada dos acordos comerciais mundo afora, à medida que o comércio global se recupera, o custo da falta de acordos amplos de comércio vai-se tornar cada vez mais alto para os setores exportadores, ao passo que o benefício para os setores defensivos é claramente crescente.

É improvável que o atual governo faça qualquer movimento significativo na direção de engajar o Brasil em acordos bilaterais. Um governo que acredita no Estado como propulsor da economia dificilmente tomará atitudes para intensificar o grau de integração no comércio mundial. Contudo nunca houve, nos últimos dez anos, momento tão favorável para um governo vencer suas

convicções políticas e perder o medo de integrar mais o Brasil no mundo e, assim, colher seus frutos com maior crescimento econômico.

* DIRETOR-GERAL DO ICONE

SITE: WWW.ICONEBRASIL.ORG.BR

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,sem-espaco-para-desculpas-,999149,0.htm>

Notícias

Aproximação entre UE e EUA não é problema para Mercosul

19 de fevereiro de 2013 | 19h 32

Reuters

O início de um processo de aproximação comercial entre Estados Unidos e União Europeia (UE), anunciado recentemente, foi minimizado pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antônio Patriota, que preferiu destacar que as negociações entre o Mercosul e o bloco europeu estão bem mais adiantadas.

O chanceler brasileiro lembrou que os países membros do Mercosul e da União Europeia têm até o fim deste ano para apresentar propostas que possam viabilizar um acordo bilateral entre os dois blocos.

"O que se decidiu à margem da cúpula latino-americana e Caribe, em Santiago, foi o compromisso de troca de ofertas até o último trimestre deste ano. No limite, no fim de 2013", afirmou o ministro das Relações Exteriores do Brasil.

A possibilidade de uma aproximação mais forte entre Estados Unidos e UE começou a ser ensaiada nos últimos dias, e as negociações têm um cenário de conclusão nos próximos anos.

Os países sul-americanos são grandes fornecedores de insumos e matérias-primas, e um acordo norte-americano com a União Europeia poderia afetar a balança comercial desses países.

"Isso não surgiu agora, já havia possibilidade da negociação entre EU e EUA e teremos que ver qual é o mandato negociador. Isso ainda vai levar um tempo. A nossa negociação com União Europeia já está relativamente avançada", ponderou o ministro.

O acordo bilateral entre UE e Mercosul foi tratado em dezembro do ano passado pela presidente Dilma Rousseff com o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso.

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.gov.br/mercosul

O Brasil e os países do Mercosul impõem como condição primordial para um acordo a abertura do mercado europeu aos produtos agrícolas.

"Estamos avançando com vistas à conclusão de acordo que seja obviamente vantajoso para nossa região. A questão agrícola para nós é essencial e isso foi deixado claro pela presidente Dilma quando ela se reuniu com o presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, em dezembro", disse Patriota.

Mercosul e UE estudam há alguns anos uma aproximação e um acordo bilateral entre os blocos, mas as negociações esbarram em barreiras e entraves dos dois lados.

Os membros do Mercosul querem maior espaço para seus produtos agropecuários e os europeus canais maiores para a entrada de produtos industrializados, além de uma proteção mais intensa de suas marcas e patentes.

Em março, segundo o chanceler brasileiro, haverá uma reunião técnica em Montevidéu, no Uruguai, para debater um posicionamento sobre as negociações com a UE.

(Por Rodrigo Viga Gaier)

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,aproximacao-entre-ue-e-eua-nao-e-problema-para-mercosul-ministro,998947,0.htm>

VALOR ECONÔMICO

<http://www.valor.com.br/>

Brasil

Negociações entre Mercosul e UE estão "relativamente avançadas", diz Patriota

Por Chico Santos | Do Rio

O Brasil está usando a estratégia de aparentar pouca preocupação com o anúncio feito na semana passada pelos Estados Unidos e União Europeia (UE) de que pretendem fechar, no prazo de dois anos, um amplo acordo de integração comercial, embora esse acordo possa trazer sérios problemas para as negociações do Mercosul, o bloco comercial integrado por Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela e Paraguai (atualmente suspenso), com a mesma UE.

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.gov.br/mercosul

Depois de se reunir ontem à tarde, no Rio, com seu colega argentino Héctor Timerman, o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Antonio Patriota, disse que ao contrário das negociações dos americanos com os europeus, "as negociações do Mercosul com a União Europeia estão relativamente avançadas".

Para Patriota, que já ordenou à equipe do Itamaraty o estudo das consequências de um eventual acordo Estados Unidos-União Europeia sobre as negociações do Mercosul com os europeus, embora "não seja uma questão que surgiu agora", o desejo de americanos e europeus ainda terá que passar por uma demorada fase de definição do "mandato negociador" (o objetivo que cada parte pode efetivamente negociar). Enquanto isso, mesmo as negociações do Mercosul com a União Europeia já se arrastando por mais de uma década, ele buscou demonstrar otimismo com a possibilidade de um avanço significativo ainda neste ano.

Segundo o ministro, em reunião paralela à Cúpula da América Latina, Caribe e Europa realizada em janeiro, em Santiago (Chile), o Mercosul e a União Europeia decidiram que até "não mais tarde do que o último trimestre de 2013" os dois blocos trocarão "ofertas" na busca de avançar rumo a um efetivo acordo.

"Tem que ser um acordo vantajoso para nossa região e aí a questão agrícola é essencial", disse o ministro brasileiro. A resistência dos europeus a abrir seus mercados aos produtos agrícolas dos países do Mercosul tem sido o maior obstáculo aos avanços das negociações entre os dois blocos, da mesma forma que o mesmo tema tem sido um dos maiores entraves a um amplo acordo no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC) que vem sendo negociado na chamada Rodada de Doha desde 2001. E é também na questão do campo que o Mercosul espera ver esbarrarem as tratativas entre americanos e europeus.

Segundo Patriota, já no dia 1º de março haverá uma reunião de nível técnico do Mercosul justamente para começar o debate a propósito das ofertas que serão preparadas para serem apresentadas à União Europeia no fim do ano.

Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/3012746/negociacoes-entre-mercosul-e-ue-estao-relativamente-avancadas-diz-patriota>

Brasil

Brasil quer conter presença chinesa na África

Por Fernando Exman | De Malabo, Guiné Equatorial

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.gov.br/mercosul

O governo federal quer aproveitar a viagem que a presidente Dilma Rousseff fará nesta semana à África para tentar reforçar ainda mais a presença das empresas brasileiras na região. O desafio, entretanto, é grande: além do desconhecimento de parte considerável do empresariado sobre as potencialidades do mercado africano, as empresas brasileiras precisam enfrentar a concorrência de outras companhias estrangeiras, principalmente da China. Está em jogo um mercado de aproximadamente 1 bilhão de consumidores, com demanda em alta pelos mais vários tipos de bens e serviços e um crescimento econômico superior à média mundial.

Dilma participará na sexta-feira da cúpula América do Sul - África (ASA), em Malabo, Guiné Equatorial. O tema do encontro é justamente o fortalecimento da cooperação entre países em desenvolvimento. Em seguida, ela desembarcará na Nigéria, parceiro considerado estratégico no continente.

"A China tem ganhado participação na África. Mas, em termos de comércio, o crescimento da participação da China na África não é em detrimento da participação brasileira. O Brasil também cresceu seu 'market share' em detrimento de outros", disse a secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Tatiana Prazeres, destacando que a participação do continente africano nas exportações brasileiras passou de 3,9% para 5% entre 2003 e 2012 e as importações permaneceram em 6% do total no mesmo período.

Na avaliação de autoridades brasileiras, a oferta de linhas de crédito vem tendo um papel estratégico na disputa pelo mercado africano e os ambiciosos programas de financiamento da China têm feito a diferença. Como consequência, um grupo de trabalho coordenado pela Presidência da República discute novas formas de impulsionar o comércio com o continente africano. Um dos aspectos discutidos é o lançamento de mecanismos de financiamento.

Em 2010, registra um estudo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a China substituiu o Banco Mundial (Bird) como principal fonte de financiamento dos países africanos. Entre 2001 e 2010, os empréstimos concedidos à África pelo Exim Bank chinês, instituição voltada ao fomento às exportações e importações do país asiático, foram estimados em US\$ 67,2 bilhões. Já os financiamentos do Banco Mundial nesse mesmo período totalizaram US\$ 54,7 bilhões.

O próprio Banco Mundial já analisou a questão. No relatório "Construindo pontes: O papel crescente da China como financiadora da infraestrutura da África Subsaariana", de 2009, o Bird mostrou que o crescimento do comércio entre a China e a África foi acompanhado por uma maior ajuda econômica oferecida pelo país asiático a partir de 2001. Em contrapartida, diversas obras de

infraestrutura executadas pelos chineses na África têm como garantia ou são pagas com petróleo, minério de ferro, cromo ou cacau, diz o Bird. Hoje, a China é o principal fornecedor do continente, e encontra na África um destino para os seus produtos de alto valor agregado. O país asiático também se consolida como o maior comprador de produtos africanos, ultrapassando os Estados Unidos.

A China demonstra que pretende manter tal papel. Em agosto de 2012, anota o estudo do Ministério do Desenvolvimento, o país anunciou a concessão de crédito de US\$ 20 bilhões em três anos para projetos de infraestrutura, agricultura e desenvolvimento na África.

Num ritmo mais tímido, o Brasil também tem disponibilizado apoio às exportações à região. Entre 2008 e 2012, por exemplo, o valor desembolsado por programas oficiais alcançou US\$ 4,8 bilhões.

O Brasil ainda mantém uma série de programas de cooperação técnica com o continente. Cerca de 150 iniciativas em aproximadamente 40 países são mantidas pelo Brasil, segundo o Itamaraty.

Outro sinal da maior aproximação entre o Brasil e a África é o crescimento do total de empresas brasileiras que atuam no comércio bilateral. Enquanto o total de empresas brasileiras exportadoras caiu nos últimos anos, o número de empresas que vendem para a África subiu 39% entre 2003 e 2012, para 3.810. Já as empresas que importam produtos africanos totalizaram 1.739 em 2012, alta de 84%.

O Ministério do Desenvolvimento também prevê uma alta nas exportações de serviços por parte de empresas brasileiras e, conseqüentemente, uma elevação dos embarques de bens relacionados a esses projetos. Nas contas do ministério, cada US\$ 100 milhões em exportações de serviços geram US\$ 30 milhões em exportações de equipamentos e outros produtos.

"Esses investimentos brasileiros na África puxam consigo exportações de bens que de outra maneira dificilmente ocorreriam", afirmou Tatiana Prazeres, destacando ser uma característica da balança comercial Brasil-África a atuação de "trading companies" de propriedade das construtoras brasileiras. "As exportações são feitas por uma empresa, a comercial exportadora, que traz produtos de empresas de menor porte."

Fonte: <http://www.valor.com.br/brasil/3012740/brasil-quer-conter-presenca-chinesa-na-africa>

Internacional

Argentina e Brasil buscam salvar projeto da Vale

Por Chico Santos | Do Rio

Os governos do Brasil e da Argentina decidiram juntar forças na tentativa de fazer com que a Vale mantenha vivo o gigantesco projeto de exploração da jazida de potássio de Rio Colorado, na província argentina de Mendoza.

Com investimento orçado em cerca de US\$ 6 bilhões, o projeto está em compasso de espera desde dezembro do ano passado quando a mineradora brasileira decidiu reavaliar sua economicidade diante do aumento de custos gerado, principalmente, pela desvalorização do peso, a moeda do país vizinho.

Os dois países elegeram uma comissão formada por dois representantes de cada lado para coordenar as negociações em andamento. Segundo uma fonte do Itamaraty, os negociadores brasileiros são o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, e o assessor especial de Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia.

"Tanto nossos embaixadores em Brasília e Buenos Aires como as equipes designadas por nós e pela presidente Dilma Rousseff estão trabalhando denodadamente para que Vale continue na Argentina, continue com o investimento", disse ontem à tarde o ministro das Relações Exteriores argentino, Héctor Timerman. A declaração contrasta com ameaça de cassação da licença de lavra da Vale que chegou a ser feita pelo governo de Mendoza. Para o ministro, "o projeto ainda vai dar muita satisfação para ambas as partes, para o investidor (a Vale) e para a República Argentina".

A Vale informou em nota que o projeto não estava suspenso, apesar do recesso de fim de ano dos trabalhadores ter sido estendido até agora. No início do mês. Murilo Ferreira, presidente-executivo da Vale foi à Argentina e se reuniu com Francisco Perez, governador da Província de Mendoza. Participaram do encontro o Embaixador do Brasil, o ministro Fernando Pimentel e Sergio Leite, executivo da Vale no projeto. No encontro, foi acertado a data de 28 de fevereiro para a Vale apresentar um plano revisto dos investimentos no projeto do Rio Colorado e pagar os salários atrasados. (Com ValorPRO)

Fonte: <http://www.valor.com.br/internacional/3012770/argentina-e-brasil-buscam-salvar-projeto-da-vale>

Opinião

Instrumentos de política comercial da OMC

Por Josefina Guedes

Em 1987, o governo brasileiro incorporou o Código Antidumping do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), por meio da Resolução CPA 1.227/87, ao instrumento de política comercial do país. O momento foi oportuno, considerando-se que o Brasil estava iniciando sua abertura comercial e finalizando a adoção de instrumentos administrativos protecionistas, como a pauta de valor mínimo e o preço de referência, utilizados largamente para inibir importações, como forma de aliviar os problemas de balanço de pagamento.

O cenário do momento é bem distinto. Atualmente, assim como as economias americana e europeia, a brasileira também é aberta. Não há restrição de importação, seja de produto ou de origem, com o país adotando a política comercial do free trade. O livre comércio tem que ser realizado de forma leal e legal, permitindo a concorrência saudável. Não se trata de proteção à indústria nacional e sim de defesa de um ambiente propício e justo para a concorrência.

Dessa forma, o termo "defesa comercial", utilizado pelo departamento que analisa as ações administrativas, não pode ser entendido como proteção à indústria. Tal instrumento foi estabelecido há mais de um século pelo Canadá, e há várias décadas pelos países desenvolvidos, posteriormente incorporado à Organização Mundial de Comércio (OMC) como instrumento de política comercial.

Além do dumping, outros instrumentos foram incorporados, como o código de subsídio, código de valoração aduaneira, regime de origem e salvaguardas, sendo esse último o único instrumento de política comercial que objetiva salvaguardar determinada indústria, por um curto período, para permitir que ela se ajuste à nova realidade de mercado.

Desde a regulamentação nacional do acordo de salvaguardas, em 1996, foram aplicadas apenas seis dessas medidas pelo Brasil, instrumentos legítimos, que têm função de resguardar o bom funcionamento do livre comércio entre nações, permitindo a concorrência justa.

Ultimamente, diante da crise internacional, a palavra proteção tem tido grande destaque nos meios de comunicação do Brasil e do mundo. Corre-se o risco de confundir medidas legítimas, fundamentadas nas regras da Organização Mundial do Comércio, com medidas protecionistas, que são instrumentos distintos. Medidas protecionistas infringem o livre comércio, atuam contra as

regras internacionais, enquanto as medidas legítimas visam permitir que o livre comércio seja feito de maneira equilibrada e justa.

No Brasil, as medidas antidumping em vigência não chegam a atingir 2% do total de US\$ 223 bilhões importados pelo Brasil em 2012. Tais medidas não têm qualquer caráter protecionista, até porque o direito antidumping no Brasil é aplicado com o único objetivo de gerar equilíbrio no mercado, ou seja, criar uma concorrência justa de mercado.

Não podemos deixar que o fechamento dos principais mercados, como o americano e europeu, por causa da crise, transforme o Brasil na solução do excesso de oferta mundial ocasionada pelos países asiáticos, ávidos para manterem suas taxas de crescimento em detrimento de nossos empregos. Em função disso, aumentou-se a necessidade de impor medidas antidumping no Brasil, tendo em vista o crescimento desordenado das importações em determinados segmentos da economia.

Alegar que a aplicação de qualquer medida de política comercial pelo governo brasileiro tem o cunho protecionista é uma falácia. Tais instrumentos não podem ser entendidos como mecanismo de proteção ou fechamento da economia brasileira. O único intuito é eliminar a prática de preços predatórios ou fraudes nas importações.

Não deve ser esquecido que o Brasil está recebendo investimentos maciços em função da Copa do Mundo, Olimpíada, pré-sal e construção civil, tanto que a maior parte dos processos antidumping está concentrada em setores afins. Tal situação não demonstra predisposição, por parte do governo, para aplicar medidas aleatórias e a esmo, mas sim sensibilidade quanto à importância de uma ação legítima no momento certo.

Assim, em função do cenário descrito, é errôneo acusar os agentes do governo brasileiro de conservadores ou protecionistas. As decisões adotadas são medidas pontuais para corrigir questões de práticas lesivas às indústrias brasileiras e pautadas nas regras internacionais da OMC.

A preocupação do governo brasileiro, neste momento, não está concentrada apenas nas necessidades pontuais de determinados setores. A visão é mais ampla. Por meio das resoluções Camex nº 13, de 1/3/2012 e nº 50, de 9/7/2012, foram institucionalizados o tema do interesse público no âmbito da defesa comercial. Será importante que tais instrumentos não sejam utilizados como recurso administrativo ou instância superior para processos de defesa comercial. O alcance do interesse público é muito maior do que o interesse particular, pois visa o bem-estar do Brasil como um todo.

Diante desse cenário, acreditamos que o governo brasileiro vem tomando todas as medidas necessárias para ajustar a economia brasileira à nova realidade mundial, seja pela utilização dos instrumentos de políticas comerciais, seja pelo interesse público.

Josefina Guedes é diretora da Associação de Comércio Exterior do Brasil - AEB

Fonte: <http://www.valor.com.br/opiniao/3012846/instrumentos-de-politica-comercial-da-omc>

Empresas

Itaipu quer desenvolver cadeia do carro elétrico

Por Gleise de Castro | Para o Valor, de Foz do Iguaçu

Eles são silenciosos, econômicos, funcionam sem emitir CO2 ou qualquer outro gás. Além disso, não dependem de combustíveis fósseis. Acenando com a perspectiva de menor impacto sobre o meio ambiente, os carros elétricos já são realidade no mercado internacional e começam, aos poucos, a circular no país. Praticamente todas as montadoras já contam com modelos elétricos que, em comum, compartilham sofisticação e preços salgados. No Brasil, esses automóveis são importados das matrizes, introduzidos mais para apresentação da nova tecnologia, como o Chevrolet Volt, o Ford Fusion Hybrid, o Leaf, da Nissan, o Toyota Prius e o Lexus CT200h. Carga tributária e baixos volumes elevam os preços para patamares acima de R\$ 100 mil e, por isso, tão cedo as empresas não pretendem produzi-los no país. A exceção é a Fiat, que desde 2007 fabrica aqui um modelo elétrico, em parceria com a Itaipu Binacional.

O primeiro protótipo foi um Palio Hatch, seguido do modelo Palio Weekend. Já foram fabricadas 50 unidades e outras 70 serão produzidas até 2015. A Fiat, que investiu US\$ 10 milhões no projeto, produz a carroceria em Betim (MG) e importa todo o kit elétrico (motor, bateria, inversores, carregadores e câmbio). O veículo é montado no Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Montagem de Veículos Elétricos, na sede da Itaipu, em Foz do Iguaçu (PR). "Na nova leva, os suportes e chicotes elétricos vão ser produzidos no Brasil e a Weg Motores já está trabalhando em um projeto de nacionalização do motor, enquanto Itaipu está desenvolvendo um projeto, de longo prazo, para nacionalização da bateria", diz Leonardo Cavaliere, supervisor de veículos especiais da Fiat.

O automóvel tem velocidade máxima de 130 km, autonomia entre 100 km e 120 km e a recarga completa de sua bateria é feita em 8 horas. Testado no Paraná, seu consumo de energia chegou a R\$ 8 para cada 100 km rodados, contra cerca de R\$ 28 de um automóvel semelhante a gasolina para a mesma distância.

A montadora foi uma das primeiras empresas a se associarem ao projeto de veículo elétrico da Itaipu Binacional, que contempla vários segmentos, além do automóvel - caminhão, miniônibus, ônibus, utilitário 4x4, veículo leve sobre trilhos (VLT) e avião -, com investimento total, por parte da estatal, de cerca de US\$ 6 milhões. Iniciado em 2005, a partir de um acordo de cooperação tecnológica com a Kraftwerke Oberhasli AG (KWO), controladora de hidrelétricas suíças, o projeto baseou-se em tecnologia existente na época na Suíça. A KWO já utilizava veículos elétricos para o deslocamento de suas equipes de operação e manutenção em suas nove hidrelétricas, na região dos Alpes, cujo acesso por veículos, no inverno, inclui 120 km de túneis.

A intenção é colocar no mercado brasileiro, a médio prazo, um veículo confortável e eficiente a preço de carro popular. Até lá, porém, há uma longa distância, pois o Palio Weekend elétrico custa hoje R\$ 200 mil e os compradores são, na maior parte, empresas integrantes da cadeia de parceiros do projeto. "A meta é desenvolver e colocar à disposição de empresas brasileiras uma solução para cada segmento que esteja ao alcance da população", diz o engenheiro Marcio Massakiti Kubo, coordenador do projeto de P&D do veículo elétrico da Itaipu. Entre os parceiros do projeto estão as concessionárias de energia Copel (Companhia Paranaense de Energia), Cemig (Companhia Energética de Minas Gerais), Chesf, CPFL, Light, grupo CEE (Companhia Estadual de Energia Elétrica, do Rio Grande do Sul) e Furnas, além das duas sócias de Itaipu, Eletrobras e a paraguaia Administración Nacional de Electricidad (Ande). São também parceiros Petrobras, Correios e as empresas Weg, Moura, Massarello, Bom Sinal, Iveco, Agrale, Euroar e o grupo italiano Fiamm.

A principal diferença em relação aos modelos internacionais é uma bateria de sódio, totalmente reciclável e que tende a ser mais barata do que as baterias à base de lítio, predominantes nos demais modelos elétricos. O propósito é desenvolver essa tecnologia no Brasil e torná-la disponível a uma empresa nacional para fabricação no país. As baterias usadas no Palio Weekend elétrico, da marca Zebra (Zero Emission Battery Research Activity), são importadas da Fiamm Sonick. "O objetivo é o domínio do processo de fabricação dessa bateria, que será produzida pelo Parque Tecnológico de Itaipu em escala laboratorial dentro de dois a três anos", diz Massakiti Kubo.

A bateria, que representa cerca de 40% do custo do veículo, é hoje um dos principais gargalos do carro elétrico no mundo todo.

Para Cavaliere, da Fiat, ainda falta muito para que seu veículo elétrico seja fabricado em escala comercial no país. Antes disso, é preciso criar uma rede nacional de fornecedores e a infraestrutura para recarga dos veículos. Também faltam, segundo ele, incentivos à produção, como ocorre em

outros países. "Ainda é cedo para se prever um mercado de veículos elétricos no Brasil. É preciso um ambiente pronto para recebê-los", afirma.

Já Reinaldo Muratori, diretor de engenharia e planejamento da Mitsubishi, considera os carros elétricos um caminho irreversível no país e no mundo. Ele acredita que até 2020 seu custo alcance o de um modelo convencional e a produção atinja entre 10% e 30% do total mundial.

Junto com outras montadoras, a empresa tenta convencer governo e Legislativo brasileiros a mudar a tributação do carro elétrico, que paga uma das tarifas mais elevadas, acima de 75%. A Mitsubishi trouxe para o país, até o início de 2011, sete unidades do iMiEV, que começou a ser fabricado em 2009 e já atingiu o volume de 30 mil unidades vendidas em outros países. Sem a margem do fabricante, o modelo custa aqui R\$ 200 mil. Sem os impostos, poderia chegar por R\$ 80 mil. A GM trouxe cinco unidades do Chevrolet Volt, também para demonstração e não tem planos de comercializá-lo no país.

O projeto da Itaipu prevê a criação de um ambiente propício aos veículos elétricos, desde a produção até o pós-venda, incluindo a formação da cadeia produtiva e uma rede de eletropostos para recarga das baterias. Desenvolvido em 2008, o eletroposto - um totem de recarga, com uma tomada - viabiliza a venda de energia nas cidades e estradas por meio de cartões pré-pagos ou outros tipos de pagamento e destina-se ao sistema de recarga lenta, de oito horas.

Os veículos podem também ser abastecidos por meio de tomada residencial. Podem, ainda, fazer recarga rápida, por meio de um banco de baterias, com sistema de gestão de energia para absorver suavemente a energia da rede elétrica. No momento da recarga (em um posto de combustível, por exemplo), a energia armazenada pode ser transferida rapidamente para a bateria do carro. Outra possibilidade é um sistema de troca rápida de bateria, testado em uma viagem de 700 quilômetros, de ida e volta entre Foz do Iguaçu e Assunção, no Paraguai, em 2009, para simular uma rede de postos ao longo das estradas. Foram feitas seis trocas. "Simulamos um modelo de negócio. A troca é feita em dois minutos, não dá nem tempo de ir ao banheiro", diz Massakiti Kubo.

Em parceria com a Iveco, do grupo Fiat, Itaipu desenvolveu também o primeiro caminhão elétrico da América Latina, o Daily Elétrico cabine dupla, com autonomia de 100 km, velocidade máxima de 70 km por hora, capacidade para até 7 pessoas e carga de 2,5 toneladas, que utiliza 3 baterias Zebra. A tecnologia pode ser aplicada em qualquer versão do Iveco Daily, seja chassi-cabine, furgão ou chassi de ônibus. Foram feitos dois protótipos, que rodam para execução de serviços internos de Itaipu, em uma associação que começou em 2009.

"Estamos desenvolvendo essa tecnologia para que o Brasil possa virar referência em veículos elétricos no futuro. No exterior, estamos tendo resultados muito bons", diz Fabio Nicora, engenheiro sênior de produto da área de inovação da Iveco, que já produz alguns modelos elétricos na Alemanha, Espanha, Itália e Holanda.

Com a Iveco e a paranaense Mascarello, criou o primeiro miniônibus elétrico do país, para 17 passageiros. Outras criações foram o utilitário 4x4 Marruá elétrico, em parceria com a gaúcha Agrale e a Stola do Brasil, e o primeiro ônibus híbrido (eletricidade e etanol), para 54 passageiros, que envolveu as empresas Mascarello, Weg, Mitsubishi, Euroar, Eletra, Tutto Transporti e Magneti Marelli.

Os projetos mais recentes são a eletrificação do veículo leve sobre trilhos (VLT) produzido pela brasileira Bom Sinal e do avião ACS 100 Sora, modelo esportivo de dois lugares da ACS Aviation, de São José dos Campos (SP). Será o primeiro avião elétrico da América Latina e deve decolar da pista de Itaipu, em Foz do Iguaçu, no segundo semestre deste ano, para os primeiros testes.

A jornalista viajou a convite de Itaipu

Fonte: <http://www.valor.com.br/empresas/3012374/itaipu-quer-desenvolver-cadeia-do-carro-eletrico>

O GLOBO

<http://oglobo.globo.com/>

Economia

Brasil e EUA firmam acordo sobre comércio de suco de laranja

Segundo o Itamaraty, os dois países firmaram um acordo na OMC.

EUA já tinham reconhecido que não havia dumping no suco brasileiro.

Do Globo Rural

O Brasil e Estados Unidos encerraram uma disputa sobre o comércio de suco de laranja. Segundo o Itamaraty, os dois países firmaram um acordo na Organização Mundial do Comércio (OMC). Mas o fim da briga não impede que os exportadores brasileiros que se sentiram prejudicados entrem na Justiça dos EUA com pedido de indenização.

O entrave é de 2006, quando os Estados Unidos começaram a considerar o preço do suco de laranja brasileiro mais barato que o custo de produção. Essa seria uma prática conhecida como dumping para eliminar os concorrentes locais. Os americanos passaram a exigir uma taxa extra dos brasileiros para proteger seus fabricantes.

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.gov.br/mercosul

O Brasil questionou e ganhou a disputa. "É uma decisão positiva para a relação comercial entre os dois países. A metade da laranja que os Estados Unidos importam vem do Brasil. Ora, se resolvemos um problema, uma barreira neste aspecto, o Brasil tem chance de exportar mais para os EUA", afirma Gabriel Rico, presidente da Câmara Americana de Comércio.

Os Estados Unidos já tinham reconhecido que não havia dumping no caso do suco de laranja brasileiro. Desde março do ano passado, não estavam cobrando a sobretaxa de US\$ 50 por tonelada de laranja.

O presidente da associação que representa os produtores de laranja diz que ainda há outra barreira para o suco brasileiro nos EUA: a tarifa de importação, que é de mais de US\$ 400 por tonelada. "O Brasil é competitivo, domina o mercado mundial de suco. Mas não resta dúvida que cria dificuldades e coloca alguns países, por exemplo, bacia do Caribe, México, Costa Rica, em vantagem porque eles não pagam nenhuma dessas tarifas", diz Flávio de Carvalho Pinto Viegas, presidente da Associtrus, Associação Brasileira de Citricultores.

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/02/brasil-e-eua-firmam-acordo-sobre-comercio-de-suco-de-laranja.html>

Economia

Governo analisa pedido de controle da entrada de arroz do Mercosul

Agencia Estado

19/02/2013 18h48 - Atualizado em 19/02/2013 18h48

Brasília, 19/02/2013 - O secretário de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Neri Geller, vai reunir a equipe técnica para analisar o pedido da cadeia produtiva do arroz de ordenamento da entrada do cereal do Mercosul ao longo do ano, para evitar pressão de oferta na época da entrada da safra brasileira no mercado. O assunto foi discutido nesta terça-feira na câmara setorial do arroz, vinculada ao Ministério da Agricultura.

Neri Geller afirmou que é obrigação do governo federal proteger a produção do arroz nacional, levando também em consideração as demandas da indústria e dos consumidores. 'A intenção é buscar o equilíbrio ao longo da cadeia e combater a inflação', diz ele.

O presidente da câmara setorial, Francisco Schardong, defende o estabelecimento de cotas do produto oriundo dos países do Mercosul, 'a fim de combater o aviltamento dos preços'. Schardong

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.gov.br/mercosul

lembra que o custo de produção do arroz nacional é muito mais alto que os dos países vizinhos e que, por isso, não tem competitividade com o cereal importado do Mercosul.

Schardong argumenta que o setor não é contra a indústria querer comprar o produto da Argentina, Paraguai e Uruguai. 'Queremos o livre comércio. Assim como a indústria pode comprar o arroz, nós também queremos comprar os insumos de lá, que são em média 40% mais barato que no Brasil', explica.

Fonte: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/02/governo-analisa-pedido-de-controle-da-entrada-de-arroz-do-mercosul.html>

Mundo

Mercosul iniciará em março negociações para definir oferta à União Europeia

Agencia EFE

19/02/2013 18h54 - Atualizado em 19/02/2013 18h54

Rio de Janeiro, 19 fev (EFE).- Os países do Mercosul iniciarão em 1º de março em Montevidéu, no Uruguai, um diálogo técnico para definir a oferta comercial que o bloco apresentará neste ano para a negociação de um acordo de livre-comércio com a União Europeia (UE), anunciaram nesta terça-feira os chanceleres do Brasil e da Argentina, que se reuniram no Rio de Janeiro.

'Iniciaremos em Montevidéu um debate de coordenação técnica para definir a posição que apresentaremos', assegurou o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, em entrevista coletiva concedida no Rio de Janeiro ao lado do chanceler argentino, Héctor Timerman.

Patriota acrescentou que as negociações têm como objetivo o compromisso que o Mercosul e a UE assumiram de apresentar 'ofertas comerciais melhoradas' para o acordo de livre-comércio com prazo máximo até o final deste ano.

O Mercosul é integrado atualmente pela Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela, pois o Paraguai está provisoriamente suspenso do bloco.

Segundo o chanceler brasileiro, a negociação entre a UE e o Mercosul foi um dos principais temas abordados no encontro que manteve com Timerman para discutir diferentes assuntos bilaterais, regionais e globais.

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.gov.br/mercosul

'Discutimos sobre a retomada das negociações com a União Europeia com base no compromisso que assumimos em Santiago (Chile, no mês passado) de intercambiar ofertas melhoradas antes que termine 2013', afirmou Patriota.

O chanceler lembrou que em reunião paralela à Cúpula União Europeia, América Latina e Caribe realizada em janeiro em Santiago as duas partes se comprometeram a apresentar suas ofertas comerciais de acesso a produtos pelo menos no último trimestre de 2013.

'Os dois países estamos muito interessados que as negociações sigam adiante e terminem com sucesso, e que esse sucesso não seja só a assinatura de um acordo, mas benefícios tangíveis para o desenvolvimento equitativo de ambas as regiões', disse Timerman.

Patriota assegurou que o anúncio feito neste mês pelo presidente americano, Barack Obama, de que os Estados Unidos iniciarão conversas para um acordo de livre-comércio com a UE não afeta as negociações do Mercosul.

'Não se trata de algo novo. Já se sabia da intenção de uma possível negociação. Temos que ver exatamente qual será o mandato negociador. Será um processo que levará algum tempo', afirmou. 'Em contraste, a negociação Mercosul-UE está relativamente avançada. Já decidimos intercambiar ofertas comerciais este ano', acrescentou.

A UE e o Mercosul retomaram em Madri, em maio de 2010, as conversas para um ambicioso acordo de associação baseado na cooperação, diálogo político e a liberalização comercial iniciadas em 1999, mas que foram suspensas em 2004 diante da falta de avanços.

A dificuldade na troca de ofertas se deve ao fato do Mercosul exigir uma maior abertura da UE para seus produtos agrícolas e os europeus pedirem um maior acesso na América do Sul para seus produtos industriais. EFE

Fonte: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/02/mercosul-iniciara-em-marco-negociacoes-para-definir-oferta-a-uniao-europeia.html>

AGÊNCIA BRASIL

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Nacional

Chanceleres do Brasil e da Argentina discutem agenda bilateral em reunião no Rio

Akemi Nitahara, Repórter da Agência Brasil

19/02/2013 - 20h17

Rio de Janeiro – Mais um encontro bilateral para promover a agenda política da parceira estratégica entre os dois países ocorreu hoje (19), na capital fluminense, entre os chanceleres do Brasil, Antonio Patriota, e da Argentina, Héctor Timerman. Após a reunião, Patriota disse que diversos assuntos foram tratados, principalmente na área de integração energética, de defesa, nuclear e espacial.

“Queremos que siga em frente esse contato regular sobre as áreas consideradas de maior sensibilidade e valor estratégico para a relação bilateral, que são a espacial, nuclear, de defesa, a de integração energética, agora se beneficiando já com avanços nos estudos de viabilidade das hidrelétricas de Garabi e Panambi no rio Uruguai, telecomunicações, entre outras”, disse Patriota.

O chanceler brasileira informou ainda que a negociação comercial do Mercosul com a União Europeia também esteve na pauta das conversas. “Analisamos assuntos relacionados ao Mercosul, a retomada das negociações Mercosul-União Europeia, com base na decisão ministerial que foi tomada à margem da [Cúpula União Europeia-Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos] Celac em Santiago [em janeiro deste ano], entre os membros da União Europeia e do Mercosul, que estabelece o intercâmbio de ofertas melhoradas até o final de 2013”.

Segundo o chanceler argentino, a negociação com o bloco europeu deve ser feita de forma regional. “Estamos muito interessados que essa negociação siga adiante e termine com êxito, e que esse êxito não seja simplesmente o fechamento de um acordo, mas que seja um benefício tangível para o desenvolvimento mais equitativo das duas regiões”.

Patriota e Timerman trataram ainda da incorporação da Venezuela e da Bolívia ao Mercosul, além do retorno do Paraguai ao bloco. O Paraguai está suspenso desde junho de 2012, após o presidente Fernando Lugo ter sido destituído do poder.

O ministro brasileiro aproveitou a reunião para agradecer o apoio da Argentina à candidatura do embaixador brasileiro Roberto Azevedo à direção-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC). De acordo com Timerman, a eleição de um latino-americano par o cargo é importante para a história das relações comerciais. “Estamos seguros quanto à qualidade, conhecimento e marca

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.gov.br/mercosul

que Roberto Azevedo poderá dar a uma organização que tem severas deficiências neste momento”.

A reunião ocorreu no Copacabana Palace Hotel. Os dois ministros mantêm uma agenda de encontros periódicos, para tratar de assuntos de interesse comum aos dois países, cooperação bilateral e agendas regionais e global.

Em 2012, as reuniões resultaram na criação do Diálogo de Integração Estratégica Brasil-Argentina, um mecanismo de coordenação dos projetos prioritários dos dois países.

Atualmente, o Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina. E a Argentina é o terceiro maior parceiro individual do Brasil. O intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 7,1 bilhões em 2002 para US\$ 34,4 bilhões no ano passado.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/agenciabrasil/agenciabrasil/noticia/2013-02-19/chanceleres-do-brasil-e-da-argentina-discutem-agenda-bilateral-em-reuniao-no-rio>

Economia

Brasil vai assinar acordo de importação de trigo e farelo de soja com Rússia

Lourenço Canuto, Repórter da Agência Brasil
19/02/2013 - 18h27

Brasília – O Brasil vai assinar amanhã (20), em cerimônia no Itamaraty, acordo com a Rússia para a importação de trigo e farelo de soja para ração do país europeu. O acordo está sendo aguardado pelo Brasil há vários anos.

O Comitê Agrário Brasil-Rússia discutiu hoje (19), no último dia de reunião no Ministério da Agricultura, detalhes sobre a comercialização de grãos por ambos os países e a formalização este ano de acordo bilateral sobre pesquisas científicas, tecnológicas e educativas. O Brasil faz importações de trigo da Rússia, mas há pendências que serão fechadas no documento que será assinado amanhã.

A comitiva russa ouviu hoje exposição sobre a experiência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na área da cooperação técnica internacional, a exemplo do Laboratório Virtual da Embrapa no Exterior (Labex), que permite a pesquisa científica com cientistas de outros

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.gov.br/mercosul

países, ao qual a Rússia poderá aderir. A exposição foi feita pelo coordenador de Intercâmbio do Conhecimento da Embrapa, Luciano Nass, que destacou "a rigidez" com que o Brasil trata a produção de produtos agropecuários, como vacinas, medicamentos e o controle de parasitas.

O Brasil procurou mostrar durante o encontro de dois dias do comitê que muitas restrições feitas pela Rússia a produtos brasileiros precisam ser melhor avaliadas, pois a área de Defesa Agropecuária do país trabalha de forma incessante para manter seus produtos com todo rigor fitossanitário, dentro dos padrões internacionais e baseados no clima tropical.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-02-19/brasil-vai-assinar-acordo-de-importacao-de-trigo-e-farelo-de-soja-com-russia>

Internacional

Governos de países em desenvolvimento terão recursos para desenvolver economia verde

Carolina Gonçalves, Repórter da Agência Brasil

Brasília - Nos próximos dois anos, os governos de sete países em desenvolvimento vão receber orientações e recursos para desenvolver estratégias de economia verde em seus territórios. A parceria firmada por quatro agências das Nações Unidas em Nairobi, no Quênia, foi anunciada durante a sessão universal do Conselho Administrativo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) que está ocorrendo no Continente Africano desde o último dia 18.

Pela primeira vez, as quatro principais agências internacionais das Nações Unidas ligadas ao meio ambiente, ao trabalho, ao desenvolvimento industrial e à pesquisa vão trabalhar juntas para garantir a implementação de políticas sustentáveis como as de tecnologias limpas e de erradicação da pobreza. Os países ainda não foram selecionados, mas a expectativa é que sejam definidos nos próximos meses e sirvam como projeto experimental.

A partir dessa experiência, os representantes do Pnuma, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido) e do Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (Unitar) vão ampliar o apoio para mais 23 países. A implementação das estratégias deve ocorrer até 2020 nas 30 economias.

A proposta é que a Parceria para Ação pela Economia Verde (Page, na sigla em inglês) estimule os investimentos em ativos econômicos verdes, incluindo tecnologias limpas, o uso eficiente de

recursos, a conservação de ecossistemas, a formação de mão de obra qualificada para empregos verdes e a boa governança nesses territórios. A expectativa é que com a medida sejam criados novos empregos e áreas de atuação dentro de uma nova configuração de desenvolvimento.

Pelos dados apresentados pela OIT, metade da força de trabalho global – cerca de 1,5 bilhão de pessoas – pode ser favorecida em uma transição para a economia verde. Países como Barbados, o México, Nepal e a África do Sul foram citados pelos representantes da organização por terem estruturado iniciativas verdes em seus territórios. Os governos da Alemanha, do Quênia e da Coreia do Sul conseguiram, segundo a OIT, fazer "mudanças radicais" em suas políticas energéticas, favorecendo fontes renováveis.

Os representantes da Unido destacaram ainda, durante a reunião, que o desenvolvimento de indústrias limpas e o apoio para que esses negócios se tornem mais eficientes é um dos focos da medida conjunta.

A proposta está entre os pontos acordados no documento final da Rio+20 - O Futuro Que Queremos. Assinado por líderes de mais de 190 países em junho do ano passado, no Rio de Janeiro, o texto destaca a economia verde como um dos motores do desenvolvimento sustentável, da erradicação da pobreza e uma responsabilidade da comunidade internacional.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-02-20/governos-de-paises-em-desenvolvimento-terao-recursos-para-desenvolver-economia-verde>

Argentina

PÁGINA/12

<http://www.pagina12.com.ar>

EL PAIS

TIMERMAN, PATRIOTA Y LA VUELTA DE PARAGUAY

El Mercosur completo

Brasil y Argentina desean el regreso de Paraguay al Mercosur, aseguraron ayer los cancilleres Héctor Timerman y Antonio Patriota luego del encuentro que mantuvieron en Río de Janeiro. Los ministros revelaron que el posible regreso de Paraguay al bloque fue conversado ayer y que esperan que se produzca luego de las elecciones que se realizarán en abril y la asunción del nuevo presidente paraguayo. Por otro lado, adelantaron que los países del Mercosur iniciarán el 1º de

marzo un diálogo para definir la oferta que le presentarán a la Unión Europea para el postergado acuerdo de libre comercio.

Timerman y Patriota explicaron que sus gobiernos “esperan y desean” que Paraguay vuelva a ocupar rápidamente su lugar en el bloque. “Asumimos el compromiso de intercambiar ofertas comerciales con la Unión Europea hasta el final de 2013 y la expectativa es que hasta entonces se hayan realizado elecciones democráticas y transparentes en Paraguay y que Paraguay haya sido reincorporado al Mercosur”, afirmó el canciller brasileño. Respecto del menado acuerdo con la UE, Timerman sostuvo que “los dos países estamos muy interesados en que las negociaciones sigan adelante y en que culminen con éxito, y que ese éxito no sea sólo la firma de un acuerdo, sino los beneficios tangibles para el desarrollo equitativo de ambas regiones”.

Durante la rueda de prensa que compartió con Patriota, el canciller argentino negó que se le hubiera negado una visa a la bloguera cubana Yoani Sánchez, actualmente de visita en Brasil (ver página 22).

Timerman viajará hoy a Guinea Ecuatorial, donde encabezará la delegación argentina que participará de la Cumbre del Foro América del Sur y África, que tendrá como eje reforzar la cooperación “Sur-Sur”.

Fonte: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-214226-2013-02-20.html>

TÉLAM

<http://telam.com.ar>

Política

MALABO

Timerman preside la delegación argentina en la Cumbre del Foro América del Sur-Africa

Se trata de la tercera Cumbre del Foro América del Sur-Africa (ASA), que tendrá como eje el debate de “estrategias y mecanismos para reforzar la cooperación Sur-Sur”.

El foro, que se reúne entre el miércoles y el sábado, es el único mecanismo de cooperación entre ambas regiones y contará con la asistencia de jefes de Estado y de Gobierno de África y de América del Sur, entre ellos la presidenta de Brasil, Dilma Rousseff, país que actúa como coordinador regional del mecanismo, según se indicó en el comunicado emitido por la cancillería.

La delegación argentina "incluye autoridades del ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca, así como a funcionarios de las áreas económicas, de Cooperación y políticas del ministerio de Relaciones Exteriores", se informó.

De forma paralela a la Cumbre, "están previstos foros y mesas redondas con la participación de expertos en temas que interesan a ambas regiones: Infraestructura, Energía y Transportes; Negocios, comercio e inversiones; Agricultura y Cooperación Sur-Sur", se informó.

El mecanismo de cooperación entre América del Sur y África se estableció en 2006, con el primer encuentro de Jefes de Estado de América del Sur y África, celebrado en Nigeria.

En 2009 tuvo lugar la segunda Cumbre en Isla Margarita (Venezuela), "ocasión en la que participó la presidenta Cristina Fernández de Kirchner", se agregó.

La delegación argentina también mantendrá reuniones bilaterales con distintas contrapartes africanas "a fin de avanzar en la identificación de ámbitos de cooperación que resulten de mutuo interés, entre ellas agricultura, ganadería, pesca, ciencia y tecnología, derechos humanos, educación, salud, formación profesional, entre otros", se anunció desde el Palacio San Martín.

A su vez, se ha organizado un Festival Sudamericano de Cine, para el cual la Argentina participará con la proyección de "Medianeras" (de Gustavo Taretto), "Orillas" (de Pablo César) y "Un Cuento Chino" (de Sebastián Borensztein).

Fuente: <http://www.telam.com.ar/notas/201302/8131-timerman-preside-la-delegacion-argentina-en-la-cumbre-del-foro-america-del-sur-africa.html>

Paraguay

ABC

www.abc.com.py

Política

Brasil y Argentina "desean el regreso de Paraguay"

Río de Janeiro (EFE). Brasil y Argentina desean el regreso de Paraguay al seno del Mercosur, aseguraron ayer el canciller brasileño, Antonio Patriota, y el argentino, Héctor Timerman, en una rueda de prensa en Río de Janeiro.

Los dos ministros afirmaron que el posible regreso de Paraguay tanto al Mercosur como a la Unasur fue abordado en la conversación que tuvieron este martes en Río de Janeiro para discutir asuntos bilaterales, regionales y multilaterales.

“Hablamos de Paraguay y del posible regreso de Paraguay al Mercosur, que tanto Argentina, como Brasil, Uruguay y Venezuela esperan que se concrete con las elecciones (presidenciales de abril próximo) y la investidura de un nuevo presidente (en agosto)”, afirmó Timerman.

Los miembros del Mercosur, según el canciller argentino, esperan y desean que Paraguay vuelva a ocupar el lugar que le corresponde en ese bloque y en la Unasur (Unión de Naciones Suramericanas), organismos de los cuales está suspendido desde junio de 2012 por la destitución de Fernando Lugo como presidente en un juicio político en el Senado.

Patriota, por su parte, manifestó su deseo de que Paraguay pueda incorporarse lo más rápido posible al Mercosur para que participe en las negociaciones para definir la oferta comercial que el bloque le presentará este mismo año a la Unión Europea para un acuerdo de libre comercio.

“Asumimos el compromiso de intercambiar ofertas comerciales con la Unión Europea hasta el final de 2013, y la expectativa es que hasta entonces se hayan realizado elecciones democráticas y transparentes en Paraguay, y que Paraguay haya sido reincorporado democráticamente al Mercosur”, afirmó el canciller brasileño.

Fonte: <http://www.abc.com.py/edicion-imprensa/politica/brasil-y-argentina-desean-el-regreso-de-paraguay-540956.html>

LA NACIÓN

www.lanacion.com.py

Política

Venida de Unasur ya es tema de choque entre el Gobierno y el TSJE

Canciller ratifica negativa de dar inmunidad, y la Justicia Electoral da a conocer el Art. 22 del tratado del bloque que otorga inmunidad automática.

La llegada de los observadores de la Unasur para las elecciones del próximo 21 de abril se está volviendo un punto conflictivo, especialmente entre el Tribuna Superior de Justicia Electoral (TSJE) y el propio Gobierno.

Ayer, el presidente del TSJE, Alberto Ramírez Zambonini, anunció en una conferencia de prensa que los miembros de la Unasur tienen la inmunidad automática al ingresar al país. El ministro mostró el tratado constitutivo del bloque, que en su artículo 22 refiere que "Unasur gozará, en el territorio de cada uno de los Estados miembros, de los privilegios e inmunidades necesarios para la realización de sus propósitos".

Pese a la insistente negativa del Gobierno de no dar la inmunidad a los miembros de la Unasur, el TSJE se ratificó en su postura de que el organismo internacional acompañe el proceso electoral, y advirtió que gozan de inmunidad diplomática automática, en este caso la suspensión de Paraguay dentro del organismo internacional no tiene injerencia con la suspensión del tratado, según explicó Ramírez Zambonini.

El ministro electoral reiteró que la Justicia Electoral es una institución del Estado y goza de total independencia en su desempeño como organismo. Así también refirió que respetan la negativa del Gobierno hacia los observadores del mencionado bloque.

En tanto, por el lado del Gobierno el canciller José Félix Fernández Estigarribia ratificó que el Ejecutivo no dará la inmunidad a los observadores de la Unasur que acompañarán el proceso electoral por medio de una invitación del TSJE.

"El Gobierno del Paraguay se ratifica, no obstante, en que no concederá inmunidad diplomática a los observadores de Unasur. Este es un país libre y pueden llegar y hacer su trabajo de observación, pero no serán reconocidos mientras la persecución del grupo de países sobre el Paraguay siga", sostuvo el canciller.

Sin embargo, Fernández Estigarribia dijo que recibirá al representante del Grupo de Alto Nivel del Bloque, Salomón Lerner, nada más como una medida de cortesía. El canciller calificó de una medida "civilizada" el recibimiento de los observadores del organismo internacional, y señaló que es una "muestra de la disposición al diálogo permanente que mantenemos. Estamos dispuestos a hablar en el momento que nos digan, pero sin imposiciones ni presiones", ratificó.

Fonte: <http://www.lanacion.com.py/articulo/113778-venida-de-unasur-ya-es-tema-de-choque-entre-el-gobierno-y-el-tsje.html>

Uruguai

LARED21

<http://www.lr21.com.uy>

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Para maiores informações visite a nossa página:
www.camara.gov.br/mercosul

Educación

Brasil apoya desarrollo de la Universidad Tecnológica uruguaya para la región

El Presidente de la República recibió en la residencia de Suárez y Reyes, al gobernador de Río Grande del Sur, Tarso Genro, a quien propuso entre otros temas que el desarrollo de la Universidad Tecnológica (UTEC) sea incorporado en la agenda bilateral que a nivel de la región impulsan las autoridades.

Los brasileños están dispuestos a apoyar el desarrollo de la UTEC con miras a una expansión de la capacitación tecnológica en toda la región de frontera enfocados en una mayor integración.

El gobernador Genro dijo que "la formación en educación técnica tiene que acoplarse en la base productiva, que necesita de mano de obra calificada para evolucionar y tener competitividad local y nacional", según declaraciones que recoge el portal de Presidencia de la República.

En ese marco de coincidencia, el visitante apuntó que habrá respaldos al proyecto de UTEC, desde la Universidad Estadual de Rio Grande del Sur, así como desde la Red Escuela de Gobierno.

Otros planes comunes están en marcha

El primer mandatario analizó con los visitantes aspectos referidos a la conectividad nacional: se inaugura una nueva línea aérea entre Montevideo y Porto Alegre, desde donde hay vuelos directos a Lisboa, con lo cual Uruguay aumenta sus conexiones con Europa, sin necesidad de recurrir a los aeropuertos más congestionados, según entienden los operadores.

También se trató el tema de una fábrica binacional de botellas de vidrio, que apunta directamente a "la base más excluida de la clase trabajadora", según afirmó Genro.

Paralelamente se avanza en la concreción de la planta de reciclado de PET, un plástico de muy alto consumo en ambos lados de la frontera, cuya deposición final como residuo resulta cada vez más costosa y que el reciclado puede solucionar desde el punto de vista ambiental.

El gobernador riograndense, abordó finalmente la instalación de telecentros binacionales, con la intención de aumentar los servicios de comunicación principalmente en las escuelas y hacerlos masivos en una segunda etapa.

Fuente: <http://www.lr21.com.uy/politica/1089401-brasil-apoya-desarrollo-de-la-universidad-tecnologica-uruguay-para-la-region>